

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



LOBO, António da Costa (Porto, 1840 - Lisboa, 1913)

António de Sousa da Silva da Costa Lobo nasceu no ano de 1840, no Porto. Filho de Francisco José da Costa Lobo, comerciante de vinhos portuense e presidente da Associação Comercial de Lisboa e Par do Reino, nasce num contexto da alta burguesia portuguesa do século XIX. Em 1864 obtém o grau de Doutor, em Direito, na Universidade de Coimbra, defendendo uma dissertação intitulada *O Estado e a Liberdade de Associação*, mais tarde publicada. Dois anos depois vem a suceder o seu pai na posição hereditária na Câmara dos Pares do Reino (Ferreira, Vitor Vladimiro, “Nota Biográfica”, 1979, p. 1 e Pereira, Esteves, *Portugal: Dicionário Histórico...*, 1904, p. 465.) Destaca-se também a sua posição como ministro dos Negócios Estrangeiros em 1892, apenas até Janeiro do ano seguinte (Lobo, António S.S.C., *Descargo da Minha Responsabilidade...*, 1893, p. 3). Além dessas duas efemérides políticas, dedicou também muita da sua atividade política e profissional a instituições como a Companhia Geral do Crédito Predial Português, a Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida de Lisboa, integrando também várias comissões parlamentares. Colabora também como correspondente na *Revista de História* da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos.

Lobo é autor de várias obras, incidindo principalmente sobre os séculos XV e XVI, mas também, num caso específico, sobre o século XVIII. É aos 37 anos que publica a sua primeira obra de maior relevância: *Memória de um soldado da Índia*. Contudo, aquela que terá maior destaque é a *História da Sociedade em Portugal no Século XV* – indicadora de uma das suas duas linhas de investigação em que é um dos pioneiros. Essa linha é a da história social, sendo a segunda a história do sebastianismo. De média dimensão poderia pensar-se na obra *Origens do Sebastianismo*. Podem também elencar-se várias outras obras de Costa Lobo, ainda que de menor dimensão: *Um Campeão do Feminismo no Século XV*; *O Rei*; *Autobiografia de um Frade Franciscano*. Além das obras que se postulam como estudos eminentemente históricos e de investigação ou divulgação, Lobo produz também duas obras literárias - *Afonso de Albuquerque, um drama histórico em verso* e *Portugal e Miguel Ângelo Buonaroti* – e traduz, dedicando-as ao Visconde de Chancelieiros, as *Sátiras de Juvenal*.

É possível conhecer o pensamento e atitude historiográficos de Lobo muito através do legado da sua obra,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

toda ela dotada de apurado método e erudição. Talvez a sua *História da Sociedade em Portugal no Século XV* seja uma boa porta de entrada para esse mundo. Publicada em 1903, tem como objetivo compreender os principais aspetos das alterações sociais, políticas, económicas e sociais ocorridas no Portugal Quinhentista. Por sua vez, este objetivo serve um outro propósito almejado por Lobo: compreender o século XVI. Para tal acredita ser necessário compreender primeiro a centúria anterior e o que faria dela a charneira entre uma Idade Média e uma Idade Moderna. (Trindade, Maria, “Prefácio” in *História da Sociedade...*, 1979, p. IX). A obra divide-se em 5 capítulos, que traduzem essa intenção de “reconstituir a paisagem quatrocentista, a distribuição espacial da gente portuguesa e como atua no meio geográfico” (Godinho, “A Historiografia...Perpectivas”, 1971, p. 231). Assim, enumeram-se os capítulos: “O numero e movimento da população”, “Aspecto geral do paiz e do seu estado social”, “A moeda” e “Os haveres individuaes”. Segue-se a esta tábua de conteúdos um anexo de grandes dimensões, com algumas dezenas de transcrições documentais que ilustram aquilo que Costa Lobo argumenta. Esse capítulo final de justificação crítica é um dos mais interessantes parâmetros de avaliação desta obra. Para alicerçar aquilo que analisa e as ideias que formula, vai demonstrar ativamente as fontes em que se baseia. Além das fontes, vai também recorrer, neste projeto que se revela como sendo de história social, a estudos geográficos, algo muito inovador para o seu tempo. Desta obra, podem isolar-se dois capítulos, que revelam algumas ideias sólidas da visão e do projeto de Lobo. No Capítulo II - “Aspecto geral do paiz e do seu estado social” vai descrever, influenciado pela emergente geografia humana alemã e francesa, o quadro natural que mais influencia a vida humana no território – analisa tanto os aspetos geomorfológico como o povoamento, valorizando em menor escala a acção humana sobre o espaço. Também o Capítulo III, sobre a moeda, é revelador de muita erudição de uma nova compreensão de uma história socioeconómica: vai debruçar-se essencialmente sobre a relação entre os mecanismos monetários e as dinâmicas sociais quinhentistas, ao invés de realizar um estudo exaustivamente numismático (Trindade, Maria, “Prefácio” in *História da Sociedade...*, 1979, p. IX-XVI. e Lobo, António S.S.C. *História da Sociedade em Portugal*, 1903). Em parte enquadrado na senda da obra que analisamos, há um outro texto de magnitude considerável a ter em conta, numa busca das linhas de força do seu pensamento histórico. A *História da Sociedade* seria dotada de um segundo volume intitulado *O Rei*. Contudo, Lobo vem a falecer antes de poder terminar a escrita, exceto do primeiro capítulo, que vem a ser publicado pelo seu testamentário – António Augusto Pereira de Miranda – nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, postumamente, entre 1915 e 1916. Costa Lobo faz uma análise bastante profunda da relação entre a sociedade quinhentista e o poder régio, num estudo de feição social mas assente em linhas políticas. A sua primeira premissa é a de dividir a sociedade/população através do conceito de três classes distinguidas pelos foros legais – povo, clero e nobreza – sendo que sobre elas orbitaria o poder real, dotado de uma omnipresença. Ao longo do ensaio, a sua definição de sociedade vai sendo aprimorada, sendo adicionadas corporações secundárias a essas grandes classes, como por exemplo as corporações concelhias ou as corporações de letrados. São essas várias bolhas sociais que são analisadas na sua relação com o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

poder real, através de um método comparativo entre dois pontos chave: o período visigótico e o século XV. Esta viagem dialética temporal corresponderia ao início e ao fim da ordenação sociopolítica medieval, no pensamento de Lobo. O período visigótico é compreendido como o berço de um poder real, que esboroa as instituições e o “estado” romanos, substituindo-os por um sistema em que o rei, chefe militar, é auxiliado pelo conselho, para dialogar com os diversos microcosmos sociais. Contudo, esse poder real vai-se sublimando e vai caminhando em direção ao absolutismo. Assim, no século XV, Portugal seria uma “monarquia limitada e representativa”, ainda assim herdeira de um conjunto de tradições visigodas e de uma Idade Média em que o poder real foi o promotor da ordem. Lobo defende também que “as forças externas que regem a sociedade são movidas por ideias e convicções morais”, o que aplica à ideia de que além das manifestações efetivas do poder real, haveria, no imaginário social, uma concepção ideal do que seriam as virtudes régias, compendiadas em Egídio (Lobo, António S.S.C, “O Rei”, 1915, pp. 98 e 90). Este estudo acaba por se concretizar num estudo de história social realizado, em parte, através da história institucional e com um método muito claro. Lobo apresenta os seus argumentos através de quatro passos: apresentação da premissa; dissecação ideológica; comparação das duas realidades. Estas duas obras podem ser entendidas *a posteriori* como as principais, de maior legado para a historiografia, dado o carácter meteórico e inovador da análise da história social e dado a sua extensão de texto e conteúdo sobre esses temas.

Num quadro temporal diferente, Costa Lobo vai utilizar uma fonte pouco expectável para o seu propósito para defender a bandeira da história social. Em 1877 publica, através da Imprensa Nacional, *Memórias de um Soldado da Índia, compiladas de um manuscrito portuguez do museu brutannico*. É essencialmente a transcrição de uma fonte do século XVI, que Lobo encontra na secção portuguesa da coleção de manuscritos do Museu Britânico, mas o prefácio do seu compilador é bastante expressivo daquilo que são as suas ideias. Costa Lobo explica que decidiu proceder à sua transcrição. Antes de explicar o porquê, vai debruçar-se sobre o manuscrito. Descreve-o como tendo duas partes distintas, ambas relativas a más fortunas e experiências de Silveira. A primeira parte versa sobre a experiência negativa e traumática do soldado na Índia, onde desembarcara em 1585, e para a qual apresenta, dirigindo-se ao rei, um conjunto de soluções. A segunda parte versa sobre uma quezília que, retornado a Portugal, Silveira tem com um tabelião e sobre aquilo que apresenta como solução para tal. O interesse que Lobo demonstra neste texto é peculiar. Avança dizendo que aquilo que Silveira sugere não tem qualquer valor prático e adiciona que este demonstra vã confiança nas instituições como reguladoras dos males da sociedade. A partir daí, numa pincelada indelével de história social discorre que a sociedade se autorregula, definindo-a como “uma unidade orgânica dotada de consciência e liberdade”. Deste modo, ainda na senda da história social, a obra de Silveira seria contudo útil como um “subsídio para a história do império portuguez no Oriente” dado ser um relato coevo e demonstrativo de outro aspeto caricato, mas caro ao seu tempo de vida: o da “decrepitude do paiz” (Lobo, António S.S.C, *Memórias de Um Soldado*, 1877, pp. 6-8).

Ambos estes estudos são de média e larga escala e muito exemplificadores da amplitude dos temas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

abordados por Lobo nas suas investigações, mas há outros trabalhos do seu punho que o inculcam como historiador social. Assim, deve ressaltar-se primeiro *Infanta D. Maria, Princesa de Castela. Recomendações de seus pais por ocasião do seu casamento*, publicado em 1903, no *Arquivo Histórico Português*. Lobo vai assumir um papel de comentador da crónica de Francisco de Andrade, em que este descreve as cerimónias do casamento. Nesse sentido, é dada especial atenção aos detalhes sobre questões protocolares e sobre o *entourage* de servidores da infanta. (Lobo, António S.S.C., “Infanta D. Maria”, 1903, pp. 132-237). Estas duas questões em específico parecem importar ao autor por poderem servir de pistas e poderem ser dados para um estudo da sociedade do século XVI, um dos principais objetivos do historiador. Destaca também a preeminência dos conselhos dados por D. Catarina em detrimento dos dados por D. João, e que apelam ao cumprimento dos deveres religiosos e à submissão marital ao imperador – conselhos estes que parecem bastante úteis como marcadores para a escrita de uma história social. No ano seguinte, no mesmo órgão, é publicado *Um Campeão do Feminismo no Século XV*. Neste trabalho aborda um estudo de caso sobre um notável chanceler portuense que, assoberbado com trabalho, delega funções na sua esposa. Acaba por indignar outros notáveis, vindo a ser alvo de uma queixa ao rei, que o admoesta e proíbe de delegar funções na esposa. Importa também a teoria de que, mesmo tendo sido alvo de grande descontentamento dos seus pares, Ayres Pinto, o chanceler em causa, apenas foi castigado pelo rei – o poder que Lobo, na sua obra magna, define como estando a sublimar-se e a dominar os poderes internos da sociedade de confederações (Lobo, António S.S.C., “Um Campeão do Feminismo...”, 1904, pp. 2-3.). Alguns anos mais tarde, entre 1916 e 1917, é publicado postumamente, nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, o estudo *Autobiografia de um Frade Franciscano*. À semelhança d’*O Rei* também esta obra estava em execução aquando do falecimento de Lobo, tendo a finalidade de prefaciar o poema de Evangelista – a *Joaneida*. Assim, apresenta algumas ideias em torno de um manuscrito que afirma ser seu e que contém uma epopeia escrita por Frei João Evangelista. Primeiro é feita uma apresentação da estrutura externa da obra, que afirma ser um acidental “quadro de Portugal no século XVIII”. De seguida dá algumas notas biográficas sobre o autor, minimizando as capacidades deste enquanto escritor. (Lobo, António S.S.C., “Autobiografia de um Frade Franciscano”, 1917, pp. 185-188.).

Além das obras eminentemente historiográficas, uma das obras literárias de Lobo é muito exemplificativa dos seus valores face ao ofício da história. Talvez influenciado pelo contacto com o espaço asiático através do manuscrito de Silveira, nutrirá uma enorme admiração pela figura de Afonso de Albuquerque. No drama *Afonso de Albuquerque. Drama histórico em verso*, de 1886, vai postular este governador como uma figura de altíssimo gabarito e dotado de um conjunto amplo de qualidades. Essa figura seria de tal forma imponente e despertadora de interesse que qualquer um a quereria ressuscitar e é através dessa premissa que Lobo argumenta que, no seu entender, a história é uma “investigadora rigorosa [...], sujeita aos dictames da razão crítica, confrangida nos seus julgamentos pelos testemunhos da autoridade e dos diplomas” (Lobo, António S.S.C., *Afonso de Albuquerque*, 1886, p. X-XII). Nesse sentido, é a imaginação ou a ficção que podem



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ressuscitar trejeitos e valores, reconstituindo-os sem o compromisso com a verdade – sendo assim esta a génese da obra. Através deste pensamento podemos compreender a preocupação ética e erudita de Lobo para com o ofício de historiador, que pratica, e que dota de um cuidado com a justificação diplomática das narrativas construídas.

É necessário compreender a obra literária acima debatida para partir para a pincelada de pormenor que Lobo confere aos seus estudos de história social, adicionando-lhes um tom de história das mentalidades. No estudo, de mediana escala, *Origens do Sebastianismo. História e Prefiguração Dramática*, Lobo afirma que a génese desse texto que se promete histórico advém da sua criatividade. Na juventude quisera escrever uma trilogia dramática sobre Portugal entre o século XVI e a Restauração, sendo que *Afonso de Albuquerque*, que reconhece ter tido pouco sucesso, foi a primeira parte. Face ao amadurecimento que manifesta ter sofrido, propõe-se a estudar de maneira histórica esse vetor sociocultural que é o Sebastianismo. Depois caracteriza a revolução de 1640 como um “valeroso cometimento”, mas que pouco ou nada desperta na alma portuguesa. Isso dever-se-ia à “influxão degenerativa” das Ordenações Filipinas e ao facto de, para Lobo, Portugal ainda não se ter por completo libertado da “opressão castelhana”. Esta contextualização serve como ponto de partida para discorrer sobre o Sebastianismo, uma feição portuguesa que caracteriza como um fenómeno mental, transversal socialmente. Define-o também como originado pela dita opressão castelhana e marcado como proveniente do “anhelo da liberdade” e como força motriz para 1640, pelo que deve ser estudado em pormenor nas suas origens (Lobo, António S.S.C., *Origens do Sebastianismo*, 1904, pp. 5-18.). Este estudo de Lobo, como referimos, tem uma componente basal de história social, mas é coberto em larga medida por aquilo a que historiografia atual consideraria como história das mentalidades. Nesta sua obra podemos também atentar ao facto de que, de modo a tornar o seu estudo e o seu argumento mais blindados pela objetividade, cita historiadores estrangeiros, com quem concorda, mas que seriam imparciais nesta questão. Importa também compreender este estudo à luz da experiência política falhada do próprio Costa Lobo: encontra nos séculos XV e XVI um apogeu (expresso, por exemplo no “Rei” ou em “Afonso de Albuquerque”) e após esse ponto a degeneração, como é típico da Geração de 70 (Mattoso, José, “Prefácio”, p. XIX).

Depois de compreender a obra de Lobo através dela mesma, ajudará compreender aquilo que a historiografia diz sobre ele e como pode ser, visto o seu perfil. Magalhães Godinho postula-o, principalmente por causa da *História da Sociedade Portuguesa*, como protutor de um primeiro panorama da sociedade portuguesa no século XV, assim como pioneiro nos estudos de história social (Godinho, “A Historiografia...Perpectivas”, 1971, p. 231). Na mesma linha, Oliveira Marques aponta também para o seu pioneirismo na história social (Marques, António, *Antologia da Historiografia...*, 1973, p. 53). É certo que o tempo em que Lobo escreve é marcado nos conteúdos e tópicos de abordagem historiográficos pela história institucional, política e militar, pelo que produzir uma ampla obra de história social como a sua é uma clara contra-corrente (Mendes, Jorge Amado, “Caminhos e Problemas...”, 1998, pp. 31 e 39). Além de questões eminentemente de conteúdo e de abordagem, deve também frisar-se a metodologia e a recorrente remissão



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

à documentação pela qual Lobo prima, como atentamos. O século XIX é, desembocando no XX, marcado, historiograficamente, pelo processo da profissionalização dos historiadores. O conceito não é algo necessariamente hermético, sendo marcado por duas linhas essenciais como a formação universitária em história, que se exponencia ao longo da centúria, mas também pela aplicação de um *ethos* apropriado e definido pela busca da objetividade – como diria Ranke: *wie es eigentlich gewesen*. (Iggers, “The Professionalization...Historical Taught”, 2002, pp. 225-27). Com este binómio de critérios, não é fácil enquadrar Lobo hermeticamente como um profissional, dado que a sua formação é em Direito. Contudo, como demonstra em muitas das suas obras e como atentámos, tem uma evidente preocupação ética com a execução do seu ofício. Talvez o mais demonstrativo nessa intenção seja mesmo o prólogo de *Afonso de Albuquerque*, onde delimita os âmbitos de atuação da história. Contudo, essa sua ética de trabalho parece contrariar com um comentário tenaz que tece em “O Campeão do Feminismo”: “Nestes nossos tempos de agitação feminista não será de interesse a ocorrência do facto que vamos referir?” (Lobo, António S.S.C., “Um Campeão do Feminismo...”, p.) Escrito em inícios do século XX, período de afirmação do feminismo, neste comentário Lobo mostra-se sensível aos problemas do seu tempo no estudo da história. De qualquer modo, é também possível compreendê-lo em parte mais divulgador do que necessariamente especialista (Matos, Sérgio, *Historiografia e Memória Nacional...*p. 29). Ter em conta a sua passagem pela SPEH e pela RH pode também auxiliar a dissecar o seu pensamento historiográfico. A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos é uma associação de eruditos, fundada em 1911 por Fidelino de Figueiredo, destinando-se a utilizar a “função social da história” para fazer desta um “elemento estruturante da identidade” para obter uma regeneração social após a Implantação da República. Além do seu aparato ideológico nacionalista, conta com fortes pronunciamentos historiográficos: contra uma História positivista e a favor de uma “metodologia baseada na relação entre o passado e presente” (Correia, Hélder e Brito, Ricardo de, *Sociedade...Históricos*, DICHP). A *Revista de História* é assumidamente inspirada na *Revue de Synthèse Historique* e pretende ser um espaço aberto a todos os entendidos em Ciências Sociais, tanto historiadores “profissionais”, como autodidatas e eruditos vindos de outras áreas – como é o caso de Lobo (Brito, Ricardo de, *Revista de História*, DICHP). Assim, é defendida uma história-ciência, em que o historiador e o método têm um papel ativo. Deste modo, do seu quadro teórico devem destacar-se parâmetros como a relatividade do conhecimento, a análise situada no tempo e a crítica como elemento epistemológico (Correia, Hélder e Brito, Ricardo de, *Sociedade...Históricos*, DICHP). O facto de Lobo fazer parte deste organismo não obriga de maneira taxativa que compartilhe ou que seja contaminado por todos estes ideais. De qualquer modo, pode servir como pista para enquadrar panoramicamente alguma da *praxis* historiográfica de Lobo. Pode também ser enquadrado, muito graças à sua carreira política na Geração de 70, ladeado de Oliveira Martins. Estas mentes compreendem os séculos XV e XVI como de apogeu e os seguintes como de decrepitude (Mattoso; “Prefácio”, pp. XIX-XX.). Tal questão explicaria a postulação do vigor do poder régio por parte de Lobo nesse momento e a inebriação com a figura de Albuquerque, e a descrença nas instituições e no projeto de Silveira ou as



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

obscuras origens do sentimento sebastianista.

A linha que cose estas obras, históricas e dramática, é certamente a linha da história social, mas é um novelo suficientemente alargado para enrolar várias temporalidades e locais. Observámos a obras ordenando-as pela magnitude da sua importância e legado, mas se as observarmos cronologicamente podemos também compreender muito da evolução do processo historiográfico de Lobo. O seu primeiro alvo é a Índia e o império no século XVI, acidentalmente, e nesse acidente é despertado para aspetos sociais e socio-políticos, afirmando uma posição sobre a sociedade e a relação desta com os poderes. Já dotado de alguma erudição, vai separar águas entre história e ficção, libertando as energias desta de modo a exprimir um imaginário e um *ethos* em *Affonso de Albuquerque*. O *apex* da sua obra na generalidade é atingido com *História da Sociedade Portuguesa*, onde postula a sua posição e divulga o seu vasto conhecimento criterioso e metódico, que mobiliza com o ensejo de compreender o século seguinte. Os estudos de menor escala servem também para compreender algum amadurecimento do seu pensamento historiográfico e alguns dos mergulhos em micro aspetos sociais que executa. Assim, meteórica e marcadamente, Lobo protagoniza o surgimento da história social no panorama historiográfico nacional.

Bibliografia Ativa: *O Estado e a Liberdade de Associação. Dissertação Inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1864; *Memórias de Um Soldado Português na Índia. Compiladas de um Manuscrito Português do Museu Britânico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877; *Sátiras de Juvenal, traladadas em verso português e com introdução e notas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878-81; *Affonso de Albuquerque. Drama Histórico em Verso*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886; *Descargo da Minha Responsabilidade Como Ministro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893; *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903; “Infanta D. Maria. Princesa de Castela. Recomendações de Seus Pais Por Ocasão do Seu Casamento”, in *Arquivo Histórico Portuguez*, vol. I, Lisboa, 1903; “Um Campeão do Feminismo no Século XV” in *Arquivo Histórico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904; *Origens do Sebastianismo – História e Perfiguração Dramática*, Lisboa, Moderna Editora, 1904; *Portugal e Miguel Angelo Buonaroti. Interpretação de um grupo do Juízo Final da Capela Cistina*, Lisboa, Typographia Lallement, 1906; “O Rei”, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, nº 2 a 7, Lisboa, 1915/1916; “Autobiografia de um Frade Franciscano. A Mentalidade de Portugal no Século XVIII”, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, nº 9 a 10, Lisboa, 1916/1917.

Bibliografia Passiva: BRITO, Ricardo de, “Revista de História” in *Dicionário de Historiadores Portugueses*, url: https://dichp.bnportugal.gov.pt/periodicos/periodicos_revista_historia.htm. CORREIA, Hélder, “FIGUEIREDO, Fidelino de Sousa” in *Dicionário de Historiadores Portugueses*, url: https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_figueiredo.htm. CORREIA, Hélder e BRITO, Ricardo de, “Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos” in *Dicionário de Historiadores Portugueses*, url:

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

https://dichp.bnportugal.gov.pt/instituicoes/instituicoes_speh.htm. FERREIRA, Vitor Vlademiro, “Nota Biográfica” & “Resenha Bibliográfica” in *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Cooperativa Editora: História Crítica, 1979. GODINHO, Vitorino Magalhães, “A Historiografia Portuguesa do Século XX. Orientações, Problemas e Perspectivas” in *Ensaio*, vol. III, Lisboa, Sá da Costa, 1971; IGGER, George G., “The Professionalization of Historical Studies and the Guiding Assumptions of Modern Historical Thought”, in *A Companion to Western Historical Thought*, Oxford: Blackwell Publishers, 2002. MARQUES, António de Oliveira, *Antologia da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Europa-América, 1973; MATTOSO, José, “Prefácio” in *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Edições Rolim, s.d.; MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional. 1846 – 1898*, Lisboa, Edições Colibri, 1998. MENDES, Jorge Amado, “Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa”, in *História da História em Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Temas e Debates, 1998. PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal: Dicionário Histórico, Chronographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismático e Artístico*, vol. IV, Lisboa: João Romano Torres & Cº Editores, 1904. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962. TRINDADE, Maria José Lagos, “Prefácio”, in *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Cooperativa Editora: História Crítica, 1979.

Pedro de Sousa